

Associação Nacional de História – ANPUH  
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

**Imprensa e estado autoritário no Brasil (1964-1970): a construção da dominação**

Oswaldo Mariotto Cerezer<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho analisa a relação entre imprensa e Estado autoritário no Brasil nos anos de 1964 a 1970, buscando compreender a relação existente entre ambos na construção da dominação social. A pesquisa foi realizada utilizando-se como fonte documental o Jornal *A Razão*, jornal de abrangência regional, situado em Santa Maria, RS. A pesquisa possui como foco de análise editoriais do jornal e reportagens publicadas por representantes do Exército Nacional com sede na mesma cidade. Os discursos publicados pelo jornal produziam uma realidade pautada na necessidade de construção de uma imagem adequada ao projeto político do Estado autoritário. Nesse contexto, a imprensa possui papel relevante na divulgação de dados e informações e na construção de idéias que passam a interagir no tecido social e a produzir novos olhares e comportamentos sobre uma dada realidade.

**Palavras-Chave:** Sociedade; Imprensa; Estado autoritário.

**Abstract:** This work analyses of the relationship between press and authoritarian State in Brazil in the years from 1964 to 1970, and it wants to understand the existent relationship between both in the construction of the social dominance. The research was accomplished being used as documental source the Newspaper *The Reason*, newspaper of regional currency, located in Santa Maria, RS (Brazil). The research possesses as focus of analysis sections of the newspaper and reports published by representatives of the National Army with Head Office in the same city. The speeches published by the newspaper produced a reality based on the construction of an appropriate image to the political project of the authoritarian State. In that context, the press possesses relevant function in the popularization of data and news and in the construction of ideas that they start to interact in the society and to produce new glances and behaviors about a social reality.

**Key-Words:** Society, Press, authoritarian State.

O estudo realiza uma análise acerca das manifestações discursivas produzidas na imprensa pela ditadura militar com o objetivo de divulgar a “revolução de 64” e buscar apoio da população brasileira para as mudanças propostas pelo poder político. Nesse contexto, a imprensa possui papel fundamental na implantação e desenvolvimento da ideologia política militar do governo. O estudo realizado utilizou-se de matérias publicadas pelo exército brasileiro, no jornal *A Razão*, jornal de circulação regional, sediado em Santa Maria/RS.

---

<sup>1</sup> Professor Mestre do Departamento de História da UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus Cáceres. [omcerezer@hotmail.com](mailto:omcerezer@hotmail.com).

As análises desenvolvidas procuraram entender as relações existentes entre jornal e poder político, dando ênfase às características das informações veiculadas, os apoios, omissões e interpretações sobre o golpe de 64. Importa aqui compreender o jornal *A Razão* como representante do poder instituído e formador de opinião, usando sua popularidade para divulgar e construir bases de apoio político ao poder central. As análises permitem identificar a construção de relações de poder e dominação através da identificação dos discursos.

Para Roger Chartier, a história cultural analisa a construção de realidades sociais de acordo com o contexto histórico e político e com os interesses inerentes a este contexto. Essa abordagem parte da necessidade de construir uma realidade em face dos anseios do poder em atuação. Nesse contexto, a realidade precisa ser compreendida e aceita pelo contingente social. Assim, há a elaboração de categorias que organizam a apreensão da realidade social, fundamentando e dando novos significados à mesma. O processo de internalização dessas idéias produz um novo sentido, uma nova face à realidade concreta que passa a ser usada para o desenvolvimento dos projetos de dominação dos grupos que as produzem.

A produção de discursos favoráveis ao governo militar e de convocação do povo brasileiro para auxiliar o Exército no desenvolvimento da política nacional encontra campo fértil nas publicações diárias do jornal. Costa e Silva, Ministro da Guerra do governo Castelo Branco, em nota oficial publicada pelo Jornal *A Razão* de Santa Maria, no dia 28 de Agosto de 1964, ao referir-se ao papel do Exército na revolução de 64, discorre:

*O Exército, nos idos de março e princípios de abril, juntamente com as forças irmãs da Aeronáutica e Marinha, brindou o povo brasileiro com a fulminante vitória democrática que salvou o país das desgraças da comunização e corrupção avassaladora, que destruiriam, sem dúvidas, esta Nação, digna de melhor sorte (p.5-6).*

A concepção de que o país estaria sendo invadido por idéias comunizantes, portanto, prejudiciais e subversivas, levaram as Forças Armadas a "criar inimigos internos". Para o combate ao inimigo subversivo, o regime militar implantou uma ampla e complexa rede de atuação, repressão e tortura, visando impedir sua atuação e disseminação no interior da sociedade. Essa complexa rede de mecanismos coercitivos estendia suas raízes por todo o território nacional, espalhando o medo e a insegurança entre os cidadãos.

Mourão Filho, figura atuante do golpe militar, no discurso em que deixava o

comando do IV Exército do Recife ao colega Antônio Carlos Muricy, ao falar da revolução de 1964, comenta:

*Ela somente será completa quando este sistema for realmente erradicado com a punição inevitável dos criminosos. A subversão no Brasil foi orientada e comandada com a ajuda estrangeira, conforme prova abundante documentação em poder das Forças Armadas e em grande parte a corrupção foi destinada a financiar a subversão, constituindo tudo isto um crime de traição e agressão à Pátria, que enquadra seus autores na Justiça Militar (A Razão, Santa Maria, 28 de Setembro de 1964, p.5).*

A corrida pela eliminação do sistema subversivo, que estaria profundamente enraizado em diversos segmentos políticos e sociais, leva as Forças Armadas a implantar um complexo e eficiente sistema de combate e controle das forças adversas ao "regime democrático", atrelando a sociedade civil a atos de profundo autoritarismo, mediante prisões, torturas e cassações de mandatos políticos.

O difícil processo de reconstrução nacional que o país começava a almejar encontra-se expresso num comunicado do Gen. Poppe de Figueiredo, Comandante da Quarta Região Militar em Santa Maria, RS, publicado pelo Jornal *A Razão*, de 08 de Abril de 1964. Segundo o Gen. Figueiredo (p.05)

*Passadas as operações militares, considero que estamos na fase mais delicada da política brasileira. Agora iniciamos a reconstrução do Brasil que dentro em pouco recordará com amargura os dias sombrios vividos desde 1961 até 2 de abril de 1964, data da erradicação do comunismo em nossa querida Pátria. A tarefa será árdua a partir desse momento, pois completamente minado o país pelos adeptos de Moscou terá que ser levada a efeito com a máxima urgência e energia e no mais curto prazo uma obra verdadeiramente patriótica de extirpação do cancro maligno do comunismo no Brasil.*

Nesse processo de reconstrução do país, órgãos de repressão foram criados e usados como mecanismos que garantissem a implementação das reformas e imposições dos governos militares. A repressão e a tortura, juntamente com a censura nos meios de comunicação; a cassação de direitos políticos e a intensa violação dos direitos humanos foram, sem dúvida, os componentes mais fortes e representativos da ditadura militar.

O uso intensivo da censura nos meios de comunicação não estatal era visto como um processo necessário para alcançar as metas de convencimento e subordinação da sociedade civil, desejando a adesão desta aos atos e decisões tomadas pelos governos militares. Com esses objetivos claros, a censura passou a ser um importante instrumento a serviço da alienação e subordinação do povo frente aos acontecimentos político/econômicos e sociais que o país atravessava.

A censura, ao mesmo tempo em que impedia a divulgação de informações "perigosas" ao regime político vigente, utilizava-se da manipulação das informações a serviço da defesa e exaltação dos interesses políticos do regime militar. Com a manipulação das informações eram publicadas ou tornados públicos somente os informes previamente selecionados e analisados pelos vetores. Ao falar em manipulação da informação, Stoppino (1998: 730) comenta:

*A supressão da informação é outra técnica genérica da manipulação informativa. De per se, a supressão da informação não envolve a mentira: simplesmente não se publicam determinadas notícias, interpretações ou apreciações. Neste caso, a manipulação restringe a base dos conhecimentos, das interpretações e das avaliações de que os destinatários da informação poderiam dispor, e conseqüentemente, limita as alternativas de escolha que se lhes oferecem, tanto em termos de crenças como de comportamentos. Com efeito, as formas mais comuns de supressão política da informação – como as práticas de Governo secreto e a censura política dos meios de comunicação privada – têm como um dos objetivos essenciais o de inibir as oposições potenciais.*

A busca pela legitimação do poder constituído dava-se, sobretudo, pelo processo de inculcação no imaginário da sociedade, da "crença" no poder legitimado/constituído e na sua força e importância como mecanismo capaz de transformar a realidade social e política existente no país. Com esses objetivos, os governos militares criaram um complexo sistema de produção simbólica para legitimar os seus atos políticos e convencer a sociedade da importância dos mesmos para o desenvolvimento e segurança do país. Segundo Bourdieu e Passeron (1992:19)

*Todo poder de violência simbólica, isto é, todo poder que chega a impor significações e a impô-las como legítimas, dissimulando as relações de força que estão na base de sua força, acrescenta sua própria força, isto é, propriamente simbólica, a essas relações de força.*

Na nota oficial do Comandante da 3 D.I.(Divisão de Infantaria), publicada em *A Razão*, do dia 5 de abril de 1964, observa-se a busca de apoio dos cidadãos para o sucesso da revolução, e a luta contra os agitadores e inimigos da democracia, principalmente, os “comunistas”. Diz a nota:

*O país, com tranqüilidade, entra em sua vida normal, havendo apenas por todo o território nacional, prisões de conhecidos elementos do extinto partido comunista. O Comando da Guarnição, cômico de que até agora cumprindo com dignidade o seu dever, agradece à todas as entidades e ao povo em geral, a colaboração que vem prestando no sentido da preservação da ordem pública. Conclama a todos, para que cooperem na fiscalização de conhecidos agitadores, que desejam prolongar a intranqüilidade do povo Santamariense. Pede, que na defesa do próprio ideal democrático, todos concorram para neutralizar a maldade daqueles que não querem perceber quão ignóbil é sua ação, não acreditando nos seus boatos, evitando difundi-los e dedicando, daqui por diante, toda força do pensamento e da sua capacidade para a construção de uma Nação livre e democrática.(Quartel General em Santa Maria, RS, 1964, p. 02). Ass. Ramão Menna Barreto – Coronel Comandante da 3ª D.I.*

A intensa utilização dos meios de comunicação de Santa Maria, principalmente do Jornal *A Razão*, para a divulgação das notícias referentes ao novo governo instaurado, conjuntamente com os pedidos de apoio da sociedade, constituiu-se em importante mecanismo de divulgação e busca de consolidação da “obra revolucionária de 1964”. Nesse sentido, o comando das Forças Armadas com sede em Santa Maria mandava publicar no jornal, quase que diariamente, notas oficiais tentando acalmar os cidadãos em relação aos acontecimentos decorrentes da "revolução", ao mesmo tempo em que fazia grande apelo à população no sentido de ajudar as forças armadas a eliminar o perigo de elementos subversivos, e auxiliar de todas as formas possíveis na implantação do projeto político/revolucionário.

Exemplo disso é uma nota oficial do Comando da 3ª D. I., de 11 de novembro de 1964: ALERTA DO COMANDO DA 3ª D.I.: “Repelirá com energia movimento de perturbação”. (A RAZÃO, 11 de novembro de 1964, p. 5-6).

*O Cmt da 3ª D.I. por intermédio do seu serviço de Relações Públicas dirige-se mais uma vez à laboriosa população santamariense com a finalidade de trazer-lhes a necessária tranquilidade em face da crescente onda de boatos que diariamente circulam, com o objetivo único de lançar dúvida e confusão à respeito de todos os atos emanados do atual governo. Concita a todos os cidadãos desta cidade a manterem-se calmos e confiantes nas medidas saneadoras e benéficas ao país que estão sendo tomadas pelos dirigentes atuais da Nação e a repelirem os boatos e seus autores pois eles constituem uma das muitas táticas empregadas pelos inimigos dos regimes de liberdade e nessa tática se confundem todos aqueles que foram corridos dos postos de comando da Nação, pela vitória das armas e da consciência pública. Estejam eles asilados no estrangeiro ou caminhando ao seu lado nas ruas, procurarão sempre desprestigiar e combater todas as medidas justas que lenta mas decididamente vai tornando o Governo do digno e honrado Marechal Castelo Branco. O Comando da 3ª D.I. como responsável que é pela manutenção da ordem e do respeito às autoridades constituídas dentro da área de Santa Maria, pede a colaboração do povo em geral no sentido de rechaçar os “boateiros” que por todos os cantos espalham inverdades alarmantes e deletérias. Esclarece ainda que a Guarnição Militar sob seu comando acha-se perfeitamente entrosada com a Guarnição da Brigada Militar e os órgãos Policiais, está atenta e vigilante a todas essas manobras espúrias e imorais e repelirá com energia a todo e qualquer movimento que vise perturbar a normalidade da vida desta cidade ou em qualquer ponto de sua área de responsabilidade. Por último, o Comando da 3ª D.I. faz um apelo a todos para que trabalhem, dêem tudo de si e o que possam, como administradores políticos, técnicos, estudantes ou operários, para ajudar a soerguer o Brasil colaborando com o honrado Presidente da República na ingente e difícil jornada da Redenção da Pátria tão grande qual seu povo. Por sua vez cumprirá com o seu dever constitucional e manterá o prevailecimento da ordem e das instituições vigentes, dentro dos salutareos propósitos da Revolução porque unidos em torno dos nossos chefes e do Presidente da República, confiamos na sua obra de consolidação do regime democrático.*

O jornal *A Razão* destacou-se em 1964 como importante aliado das Forças Armadas com sede na cidade de Santa Maria, no sentido de oferecer forte apoio aos acontecimentos políticos que se sucederam. Como demonstra uma nota oficial de *A Razão*

publicada na capa do jornal, do dia 14 de maio de 1964, onde se lê: "QUE FIQUEM POR LÁ"

*Estão começando a deixar o Brasil as primeiras levadas de asilados. Entre eles não há inocentes, pois o próprio reconhecimento de sua culpabilidade de que os induz a fugir ao julgamento das leis brasileiras. São todos homens de destaque na vida social, para os quais não haverá problemas de ordem financeira no exílio. Os humildes que neles acreditaram ficarão por aqui, prestando contas às autoridades policiais. Os cabeças da subversão já traziam no bolso os endereços das Embaixadas, e na hora de debandar só se preocuparam em salvar a própria pele. Eram esses os líderes de um movimento que se propunham a defender os milhões de espoliados contra a minoria privilegiada. Que fiquem por lá e não voltem tão cedo, são os votos do povo brasileiro.*

O apoio das diferentes entidades de classes ao golpe militar não escondeu, contudo, os atos autoritários do regime recém instalado, como as intervenções em diversos órgãos públicos estadual e federal de Santa Maria, como a intervenção na Inspetoria Seccional de Ensino de Santa Maria; na União Santamariense de Estudantes (USE); na administração dos Correios e Telégrafos; na Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea, entre outros órgãos públicos.

O comunicado do Cel. Ramão Menna Barreto, Comandante da Guarnição em Santa Maria, publicado em *A Razão*, em 7 de abril de 1964 (p.02) sobre a atuação do novo sistema político, coloca que: "os elementos ordeiros podem ficar perfeitamente tranquilos, uma vez que a ação das forças armadas como já é tradicionalmente conhecida, será executada em alto nível de imparcialidade, justiça e elevado respeito à dignidade humana".

O que se observa nos comunicados do exército e nos pedidos de auxílio para a sociedade, é uma intensa campanha de defesa e exaltação da atuação das Forças Armadas frente à situação vivida no país antes do golpe. Nessas campanhas publicitárias buscava-se o apoio da sociedade para as reformas político/sociais e econômicas necessárias, garantindo-lhe a permanência da democracia e dos direitos políticos de cada cidadão, assegurados na Constituição brasileira. Estes "discursos democráticos", no entanto, não corresponderam à realidade de atuação das Forças Armadas no decorrer da sua permanência na administração política do país.

Na busca pela sua consolidação e reconhecimento, o regime militar brasileiro acobertou-se com o aparente manto democrático, mantendo em funcionamento ideologias de cunho democrático, instituições e concepções democráticas de governo, conjuntamente com uma Constituição democrática que aos poucos foi sendo violada e manipulada de acordo com os objetivos propostos pelo novo modelo político implantado. Com isso, a frágil aparência

democrática do regime instaurado no pós-64 transformou-se “numa simples veste simbólica” (Stoppino: 1998).

## Referências

AQUINO, Maria Aparecida de. Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968- 1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: o Estado de São Paulo e Movimento. Bauru: EDUSC, 1999.

BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean-Claude. A reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino. 3 ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1992.43

\_\_\_\_\_.O poder simbólico. Trad. de Fernando Tomaz, Lisboa: DIFEL, 1989.

CHARTIER, Roger. A história cultural. Lisboa, Difel, 1990.

CAPELATO, M.H.R. História da imprensa no Brasil. São Paulo: Contexto, 1988.

JOSÉ, E. Imprensa e poder: ligações perigosas. Salvador: UFBA, 1996.

MOREL, M.& BARROS, M.M. de. Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PINSKY, Carla B. A. (Org.) Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

STOPPINO, Mario. Poder. IN: Dicionário de política. 4 ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1998.